

EXPANSÃO DO CAPITALISMO AGRÁRIO E LUTA PELA TERRA NO NOROESTE DO TOCANTINS – BRASIL.

Eonilson Antônio de Lima¹
Adelma Ferreira de Souza²

A concentração fundiária, os problemas gerados pelo êxodo rural consequência da expansão do latifúndio e da fronteira agropecuária no norte do Estado do Tocantins, tem suas origens no projeto de desenvolvimento da Amazônia impetrado no período da ditadura civil militar, idealizado pelos governos militares e executado pelo grande capital nacional e internacional subsidiado com dinheiro público que avançaram sobre a floresta Amazônica. Suas atividades exploratórias expropriaram de suas terras indígenas, posseiros e ribeirinhos que estavam estabelecidos há décadas ou séculos na região. O avanço do capital transforma a terra, *lócus* de produção de trabalho e de cultura, em objeto de exploração e especulação capitalista, com finalidade para atender os mercados nacional e internacional. O escopo desse trabalho é analisar a luta pela posse da terra entre duas classes antagônicas, o posicionamento do Estado frente aos conflitos e sua atuação legitimadora do latifúndio enquanto modelo a ser implantado e resistências dos expropriados que protagonizaram um movimento de oposição ao projeto do Estado, ao latifúndio e aos aparelhos estatais. Utilizou-se como método de pesquisa o Materialismo Dialético e Análise Documental onde analisaremos as contradições históricas envolvendo as duas classes e a compreensão e análise da história da luta pela terra e da evolução do processo até os desdobramentos finais com a implantação de Assentamentos de Reforma Agrária.

Palavras-chave: Expansão capitalista, Conflito Agrário, Luta de Classe.

¹ Antropóloga INCRA, SR-26, Tocantins. Doutoranda em Ciências Sociais em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas-Unicamp.

² Professor de História, Secretaria Estadual de Ensino- SEDUC-TO. Mestrando em História na Universidade Federal do Goiás, UFG.

INTRODUÇÃO

A ampliação do capital nacional e internacional sobre as terras ao Norte de Goiás que corresponde atualmente o Estado do Tocantins foi marcada por profundas contradições no período da Ditadura Militar, seus desdobramentos e impactos políticos, econômicos e sociais serão neste texto nosso objeto de análise. As estratégias dos militares para atrair o grande capital para a Amazônia com os subsídios financeiros aos projetos agropecuários e com a propaganda do novo eldorado na floresta para população em geral, foi responsável por provocar profundos e intensos conflitos pela posse da terra.

Posseiros, trabalhadores rurais, indígenas e extrativistas ficaram vulneráveis e sofrendo os mais diferentes tipos de violências física e psicológica com torturas, ameaças e assassinatos pelos grileiros, pistoleiros e pelo aparelho repressivo estatal a serviço do capital instalado na região. Policiais, donos de cartórios, juízes e políticos locais foram envolvidos nos esquemas de “grilagem de terras” expropriando as terras dos camponeses-posseiros e os submeteram as condições de proletários empurrando-os para as invasões nas periferias das pequenas cidades que foram se formando com o contingente de imigrantes vindo em busca de terras para essa região.

A região norte de Goiás foi integrada as outras regiões do país quando, no presidente Juscelino Kubitschek (JK) [1956-1961], foi construído a rodovia federal BR 153, mais conhecida também por Belém Brasília, integrando o norte e ao sul do Brasil, sendo que após intensa campanha do Governo Militar transformou-a em uma nova fronteira agropecuária com a implantação de grandes projetos conduzidos pelo grande capital e subsidiado pelo Estado.

Os militares, no final da década de 1960 e início de 1970, intensificaram as propagandas anunciando um “Novo Eldorado” na Floresta Amazônica estimulando uma intensa e massiva migração para região que já vinha sendo ocupada por posseiros, trabalhadores rurais que vinham em busca da terra há muito prometida, ou de pequenos proprietários do Sul do Estado ou sudeste do país que vieram na perspectiva de ampliar seus patrimônios com o aumento do tamanho da propriedade.

O novo modelo de ocupação que os militares empreenderam reconfigurou as estruturas econômicas e sociais, entrando em cena outros atores e crescendo as contradições e

os conflitos entre os grupos antagônicos na região (empresários, grileiros, agentes do Estado versus posseiros, indígenas, trabalhadores rurais, missionários religiosos).

O Estado Autoritário firmou alianças com o grande capital na colonização da Amazônia que se efetivou através de diversos pontos que foram desde subsídios financeiros destinados aos investimentos até a leniência jurídica em relação aos desmandos e violência destes contra posseiros e trabalhadores.

A condução do processo de colonização dos militares foi dirigida por empresas capitalistas oriundas majoritariamente do sul e sudeste do país, detentoras de capitais e afiançadas pelo Estado que os concedeu a prerrogativa de exercerem o poder econômico e político, como também, as garantias do retorno financeiro aos capitais empreendidos nas empresas instaladas na região. Foram criados polos extrativistas, mineradores e agropecuários financiados com dinheiro públicos conforme critica Ianni,

O programa de Polos Pecuários, que poderá permitir a elevação do rebanho da Amazônia para 5.000.000 de cabeças, até o fim da década, será desenvolvido, em especial no norte de Mato Grosso, Norte de Goiás e sul do Pará, nas áreas de cerrado, cerradão e mata fina. O programa será realizado segundo dois componentes estratégicos: sua adequada localização no espaço Amazônico e a crescente tecnificação do setor. (IANNI, 1979:.68).

Facilitado pela Rodovia Belém-Brasília, o capital adentra para o interior, desaloja extrativistas, indígenas e expropriam posseiros, instalando em enormes áreas da floresta verdadeiros latifúndios. Octavio Ianni discorre sobre o assunto afirmando que “As tensões e os conflitos cresceram de envergadura e multiplicaram-se em número, na mesma proporção que cresceu o afluxo de empresa e empresários para área em busca de terras boas para pastagens, lavoura e mineração ou extrativismo,” (IANNI,1978:158) e que esse capital chega à região subsidiado pelos programas de fomento do Estado através dos órgãos governamentais como “SUDAM, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, INCRA, e outras agencias do poder estatal aliadas do grande capital”(Ibid ,158).

A terra, *locus* de trabalho do camponês (MARTINS, 1980) após a chegada do grande capital se transforma em mercadoria e “é apropriada de forma privada” (IANNI, 1978:160) e essa apropriação ocorre de forma massiva, articulada e violenta, como IANNI (1978: 167) cita que um “Respeitável grupo econômico do sul que havia esticado sua propriedade de 98 mil hectares, formados com 32 títulos adquiridos separadamente, para 604 mil.” Ainda segundo Ianni

O que aconteceu na Amazônia, nos anos 1964-78, foi principalmente um desenvolvimento extensivo do capitalismo. No extrativismo, na agricultura e na pecuária, desenvolveram-se as relações capitalistas de produção, juntamente com as forças produtivas. Esse foi um quadro geral no qual se integrou a política estatal de ocupação, inclusive a colonização dirigida, oficial e particular. A rigor, a criação e a expansão da empresa de extrativismo, agropecuária e mineração, da mesma forma que a política de demarcação e titulação das terras devolutas tribais e ocupadas ao lado da colonização dirigida, tudo isso expressa o processo mais ou menos amplo e intenso de expansão das relações capitalistas na região. (IANNI,1979:55)

Aos imigrantes que vieram fora da condição de capitalista, a grande maioria, se tornaram força de trabalho atuando nas aberturas das florestas para a formação de pastagens. O elo entre os trabalhadores e a empresa capitalista era o “gato”, uma figura que atuou como agenciador de trabalhadores para realizar o trabalho de derrubada da floresta e que estabelecia o contrato com os donos das terras para realização da empreita e com os trabalhadores para realiza-lo e recebia o pagamento pelo trabalho realizado e pagava os trabalhadores por concretiza-lo.

A Mão de obra temporária empregada durante os estágios iniciais de implantação do projeto é quase sempre recrutada nas levas de trabalhadores itinerantes, conhecidos como peões , que andam de fazendas em fazendas em busca de trabalho. O recrutamento dessa mão de obra em geral não é feito pelo dono da fazenda, mas subcontratados através de corretores especializados, conhecidos como “gatos” os quais por sua vez recrutam o grosso das turmas de trabalhos dentre as levas de trabalhadores de subsistência desalojados, prática comum em toda a Amazônia mas em especial ao longo da rodovia Belém-Brasília.(IANNI, 1979:.88)

A relação de exploração entre capital-trabalho e a transformação da região Norte de Goiás numa região de fronteira agropecuária, acirra o conflito entre as classes que se formaram a partir das frentes migratórias que se instalaram em diferentes épocas e contextos, tendo o Estado como agente fomentador da violência ao firmar aliança ao grande capital nacional e internacional para colonizar a Amazônia trazendo como modelo grande latifúndio com a finalidade de produzir *commodities* para o mercado externo.

O sociólogo José de Sousa pondera sobre os conflitos analisando o conceito de fronteira e das frentes migratórias que resultaram na ocupação da região amazônica a refutando a ideia de linearidade destes conceitos e dos acontecimentos na região da fronteira.

Para Martins, o deslocamento das populações “civilizadas” a propósito de as populações indígenas ocorre em tempo e espaço distintos. *Fronteira* são lugares sociais diferenciados de ocupação territorial, onde se apresenta dois movimentos distintos e conflituosos que disputam entre si o mesmo território já ocupado anteriormente por sociedades tribais.

Desta forma, Martins define estes dois movimentos como *frente de expansão e frentes pioneiras*. O primeiro, diz respeito ao deslocamento de posseiros, que representa a sociedade nacional (branca) que se expande sobre os territórios tribais. O segundo movimento é fundado pela ocupação empresarial e capitalista do território. (MARTINS, 1980:75).

A centralidade desta discussão sobre fronteira está na questão do conflito social que para Martins (1997:150): “Nesse conflito a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. (MARTINS, 1997:150).

A compreensão das frentes de deslocamento das populações sobre a fronteira se apresenta pelo confronto dos diferentes modos de vidas e prática sociais e diferenças de sentidos relacionados à disputa pela terra. Martins reforça que “o que temos, nas duas definições, é, antes de tudo, modos de ver a fronteira, diferentes entre si porque são diferentes, nos dois casos, os lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada”. (MARTINS 1997:152).

Nesse caso, a diferença entre a chegada das frentes migratórias que avançaram nessa região no início do século XX composta por ribeirinhos ao longo dos rios Tocantins e Araguaia, vaqueiros e posseiros vindos principalmente dos estados do nordeste, e das frentes chegadas após o advento da Belém Brasília BR 153 composta principalmente por capitalistas das regiões centro sul do País foi a relação que se estabeleceram com a terra

Apesar dos casos de violência extrema no contato entre indígenas e chegantes, as frentes migratórias pós-advento da Belém Brasília, talvez pela forma e fins da ocupação, foram marcadas por profundos e violentos conflitos entre os moradores e os latifundiários e grileiros que se estabelecia na região.

Não só os índios da fronteira foram envolvidos na luta violenta pela terra. Também os camponeses da região, moradores antigos ou recentemente migrados, foram alcançados pela violência dos grandes proprietários de terra, pelos assassinatos, pelas expulsões, pela destruição de casas e povoados. Entre 1964 e 1985, quase seiscentos camponeses foram assassinados em conflitos na região na região amazônica por ordem de proprietários que disputavam com eles o direito a terra. (MARTINS, 1997:150).

Para IANNI (1978:158), “As tensões e os conflitos cresceram de envergadura e multiplicaram-se em número, na mesma proporção que cresceu o afluxo de empresa e empresários para área em busca de terras boas para pastagens, lavoura e mineração ou extrativismo.”

Este grande capital chega à região subsidiado pelos programas de fomento do Estado através dos órgãos governamentais como “SUDAM , Banco da Amazônia, Banco do Brasil, INCRA, e outras agencias do poder estatal aliadas do grande capital” (ibid:158).

Desta forma, observa-se que a ação do grande capital na apropriação e na expansão das propriedades privada das terras na Amazônia foi amparada pelo aparelho estatal e resultou no surgimento dos conflitos e violência provocados pelos interesses antagônicos entre latifundiários, trabalhadores rurais e posseiros.

Na medida em que ocorrem novos desenvolvimentos das relações capitalistas de produção na área (...) Agravam e explodem as contradições entre os posseiros, os grileiros, e os fazendeiros. Contradições essas que envolvem várias modalidades de violência: tanto a violência privada, praticada pelos pistoleiros ou jagunços a mando de grileiros e fazendeiros, como a violência estatal legitimada e praticada por policiais ou outros segmentos do setor público (ibid:164)

As contradições em relação frentes migratórias para a Amazônia se apresentou nos interesses e perfis dos atores envolvidos na disputa destas terras. Enquanto entre os posseiros e trabalhadores geralmente encontravam pessoas simples, com baixa escolaridade ou nenhuma e despossuídos economicamente, os novos fazendeiros são em regra, “médicos, industriais, comerciantes, fazendeiros, chefes políticos, vereadores, funcionários públicos etc.” Guimarães *apud* Ianni (1978: 213)

O crescente aumento do latifúndio como resultado do avanço do capitalismo no campo ampliou também o numero de proletários rurais, em decorrência das expropriações de terras camponesas, ou “pela atração de trabalhadores excedentes dos estados do nordeste ou outras regiões do país”. (IANNI 1978: 235). São esses trabalhadores, proletários rurais que realizam todo o processo de ampliação e efetivação

da atividade capitalista no campo, desde trabalho de derrubada, queimada da floresta, a formação de pastagens até a “defesa da propriedade, como produção e reprodução do capital” (ibid:235)

São nos conflitos entre essas classes antagônicas geradas pelos violentos processos de disputa pela posse da terra, na transformação da terra como local de vida e de trabalho em mercadoria, na modificação desta terra de valor de uso em valor de mercado através da introdução e consolidação do capitalismo agrário, que se desenvolve a estrutura agrária na fronteira da Amazônia tocantinense.

1. O PROJETO DO ESTADO E A COBIÇA DO CAPITAL NAS TERRAS DO NORTE.

A região Amazônica permaneceu até as décadas de 1960 e 1970 praticamente intocada. Eram cerca de 4 milhões de quilômetros quadrados- quase metade do Brasil – cobertos de florestas virgens, com arvores seculares de mais de 50 metros de alturas. (CAVALCANTI, 2004: 69).

Numa tentativa de atrair imigrantes ”O presidente Garrastazu Médici, decide desbravar a Amazônia, ‘a terra sem homens’, a ser dividida entre ‘homens sem terra’. Vieram a transamazônica e outras estradas rasgadas na selva vieram os retirantes da seca do Nordeste e os lavradores que ficaram sem terras no sul desenvolvido”. (KOTSCHO, 1981:19-20)

Para povoar a Amazônia a criação do mote “Integrar para não entregar, terra sem homens para homens sem terra” soa como uma isenção do Estado em relação ao direcionamento do processo, ou seja, as terras públicas da Amazônia estavam disponíveis para quem tivesse interesse em ocupar ao mesmo tempo “tais” propagandas, propunham integrar para não entregar, em uma alusão a possível invasão da Amazônia pelos Nortes Americanos ou em uma possível instalação de bases comunistas na floresta, assustados pela experiência da Guerrilha do Araguaia.

A região antes do projeto de colonização dirigida do Governo dos Militares já havia sido em parte ocupada por índios, posseiros imigrantes principalmente da região Nordeste fugindo da seca, migraram para a região em busca de terras para a reprodução familiar e cultural, estimuladas pela possibilidade de conseguir uma terra, famílias inteiras migraram para a região.

Maria Antonieta de Costa Vieira em um artigo sobre o movimento migratório de comunidades camponesas na Amazônia oriental afirma que,

No início do século XX, a exploração da borracha, que se fez em grande parte com a mão de obra nordestina se apresentou como uma alternativa para aqueles que viam esgotadas as possibilidades de sobrevivência na região de origem. O garimpo de cristal em Goiás atraiu muita gente na década de 1930 e 1940. O povoamento de Tocantins, sul do Maranhão, sul do Pará se fez principalmente por piauienses, cearenses, baianos. Para os sertanejos nordestinos a Amazônia era sinônimo de mata, de verde, contrapostos à sequeidão do sertão, possibilidade de plantio, de fartura. Com esta perspectiva, famílias inteiras migravam contando com a possibilidade de se apropriarem de áreas não ocupadas por grandes donos de terra.(VIEIRA 2012:64)

Ao discutir sobre a reinterpretação do espaço de fronteira no Estado Tocantins Ajara *et. Al* aponta para a questão da migração nessa região e os núcleos, mesmo que esparsos, foram se formando ao norte do Estado ao longo dos tempos fora da lógica econômica dominante que se formou após o advento da Belém Brasília. Ao comparar as mais diversas frentes de ocupação no estado pelos mais diversos fins, este autor assinala simultaneamente a imigração para outras regiões.

Uma frente agrícola maranhense se propagava no sentido norte do Tocantins, em progressivo movimento em direção ao Pará. De modo efetivo foi se intensificando a ocupação do Norte desse território recoberto a época pela mata de babaçu, além de grandes manchas da mata características das zonas de tensão ecológica da Pré-Amazônia. Aí se desenvolveu em pequenos sítios uma produção fundamentalmente de substância que tinha na rizicultura, no extremo norte, e no extrativismo da madeira e do babaçu, mais ao sul, o suporte comercial. (AJARA *et al.*, 1991:12).

Até o final da primeira metade do século, o movimento migratório para a região do antigo Norte de Goiás foi fundamentalmente conduzido por imigrantes pobres, posseiros fugindo dos conflitos por terra em outras regiões alcançadas pelo capital latifundista, por meeiros evadindo do arrendo ou pequenos proprietários de terras em busca de ampliar o tamanho da propriedade da família.

Esta frente pode ser caracterizada como frente de expansão de acordo com Martins, é marcada pela utilização particular das terras públicas, devolutas por posseiros e pequenos agricultores sem o subsídio estatal e fora da lógica do capitalismo agrário. Uma de suas características era, via de regra, não possuírem títulos da posse da terra e a produção ser voltada para subsistência comercializando o excedente.

Num primeiro momento as populações eram imigrantes vindos dos estados do Nordeste com uma maior intensidade dos Estados do Piauí e Maranhão. Após a abertura das estradas e mais especificamente da rodovia Belém-Brasília, inicia-se uma frente migratória oriunda do Sul que chega propiciada pela estrada. As condições destes novos imigrantes eram as mesmas, apesar dos diferentes contextos políticos, econômicos e culturais dos nordestinos, chegaram com os mesmos propósitos de encontrar terras para trabalhar e viverem em paz e com dignidade, e foram se misturando e formando uma nova sociedade no norte do Estado de Goiás pouco povoado, onde as terras eram pouco valorizadas. Segundo Borges, no Norte goiano

Apenas algumas famílias de posseiros exploravam áreas de terras devolutas [*que legalmente pertenciam ao Estado Brasileiro*] dedicando-se a lavouras de subsistência como atividade básica. As matas do vale do Araguaia e seus afluentes constituíam um sertão bruto de terras povoadas apenas por tribos indígenas. As terras de campo e cerrado estavam esparsamente exploradas pela pecuária extensiva. As grandes propriedades e a tradicional atividade pastoril tornavam a área verdadeiros vazios demográficos. (BORGES, 1998:163).

As frentes migratórias se entrecruzam na fronteira em função da expectativa da conquista da terra geradas no interior das comunidades de trabalhadores e camponeses para se livrarem da exploração do fazendeiro ou da violência do grileiro e do latifúndio. “O deslocamento em direção à fronteira se constitui, para os camponeses, numa possibilidade de se desvencilhar das relações de dominação dadas pela grande propriedade”. (VIEIRA 2012:66). Mesmo que, em muitos casos, seja necessário utilizarem de táticas diferentes, visto que, invariavelmente o grileiro, o latifúndio e o capital estão sempre no encalço, como afirma em uma entrevista, URBANO (1988 *apud* VIEIRA, 2012:66) “A pobreza viaja toda vida na frente, a riqueza no aceiro. É os bestaião amansando a mata e os ativos atrás tomando. É o que aconteceu no Maranhão e Goiás, o pobre abrindo estrada na frente, o rico atrás tomando. O pequeno não tem as mangas pra tocar questão com o rico. Quando dá fé já chegou a carta do barão”..

Mesmo sob a iminência de ser posteriormente despejado violentamente pelo latifúndio, o projeto de conquista da terra para o imigrante é entendido como a possibilidade de obtenção de paz longe das ações de violência do latifúndio que lhes permitam sobreviver em harmonia. Nesta lógica, “a existência de uma terra livre, abundante, aparentemente inesgotável, disponível para ser apropriada torna a

mobilidade espacial uma estratégia privilegiada para garantir ao mesmo tempo a sobrevivência e a liberdade”. (VIEIRA 2012: 66)

Até a conclusão da rodovia Belém Brasília em meados da década de 1960, a região foi sendo ocupada por posseiros, pequenos proprietários das mais variadas do país. Mesmos em condições precárias, a rodovia serviu como porta de entrada para imigrantes que chegaram a busca da terra prometida, num processo lento que apesar da perspectiva econômica, não contou muito com a participação do Estado. Agregados, meeiros, arrendatários, posseiros expropriados e pequenos proprietários encontraram nessa região de imensas áreas de terras desocupadas, a possibilidade de se refazer econômica e socialmente ou ampliar seu patrimônio familiar. Esse fluxo migratório perdurou até os militares colocarem em prática outro modelo de ocupação da Amazônia baseado na ocupação dirigida, financiada e executada pelo capital nacional e internacional.

A abertura da estrada foi consolidada no fim do governo JK, mas sua ampliação aconteceu no governo dos militares. Para Borges,

O programa de “integração nacional” com base na expansão rodoviária foi retomado na ditadura. Os governos militares estabeleceram como meta a ampliação e modernização da malha rodoviária nacional visando a segurança geopolítica e o incremento do processo de industrialização do país. O modelo de crescimento econômico implementado pelo regime autoritário exigia a continuidade e melhoria das obras viárias, visando sobretudo a integração de novas áreas à fronteira agrícola e ao mercado nacional. A rodovia Belém-Brasília depois de concluída, com 2.123 quilômetros de extensão, traçou uma linha perpendicular no mapa do Brasil. Conjugada à outras estradas de rodagem cruzou o país de Norte a Sul. Assim, depois de quase quatro décadas, o projeto rodoviário da *transbrasiliana* foi concretizado. A rodovia federal (BR-153) tornou-se o principal meio físico de expansão do capital na Amazônia Legal, abrindo espaço na região para os grandes projetos agropecuários. (BORGES, 2002:104)

Ao mesmo tempo em que os militares propagavam as terras da Amazônia como um Novo Eldorado, com a possibilidade dos camponeses adquirirem terras para sua reprodução familiar, sair do arrendo, da empreita, da condição de proletário rural nas regiões integrada ao mercado e ao capital, cria mecanismos de controle em um modelo de ocupação que beneficia diretamente o capital nacional e internacional que tivessem interesse em investir na região. Contudo o projeto só foi possível ser executado porque a logística se consolidava com a abertura da BR 153, Belém Brasília.

Com a implantação da rodovia, aproximadamente quatro milhões de quilômetros quadrados de área do país seriam incorporados como “território econômico” (*Última Hora*, 02/02/56). A melhoria dos meios de transporte e comunicação possibilitou a valorização não só das terras como de todos recursos naturais da região. As áreas cortadas pela via de transporte sofreram impacto da especulação imobiliária. Grandes latifúndios se formaram mediante a “grilagem” de terras e a violência contra indígenas e posseiros, acirrando os conflitos sociais no campo. (BORGES, 2002:104)

Com a pavimentação da rodovia, aumenta o fluxo de fazendeiros em busca de terras baratas no norte, despovoadas ou ocupadas por camponeses, posseiros que não possuíam documentos de propriedade das terras em que ocupavam o que facilitava consideravelmente a prática da grilagem. Essa facilidade despertou o interesse de grileiros e fazendeiros de outras partes do país, mas principalmente do sul de Goiás e dos Estados de São Paulo e Minas Gerais que se deslocaram com a finalidade de aumentar suas posses, e empresas de vários segmentos econômicos que vieram atraídos pelos incentivos governamentais para empresários de outros setores que tivessem interesse em investir na Amazônia. Os incentivos dos governos para o capital disposto a fazer investimentos na Amazônia, impulsionou o crescimento urbano atraindo para a região, trabalhadores que vieram como fornecedores de força de trabalho nos empreendimentos agropecuários que foram se instalando.

Mais do que incremento populacional, essa rodovia alterou, em grande parte, o sentido “espontâneo” das frentes de expansão. A migração agora era também de goianos, mineiros e paulistas, não mais ocorria como um extravasamento de atividades extensivas. Ao contrário, ela projetava a privatização da terra e a mercantilização da economia regional, ocorridas com o avanço da fronteira agrícola. (AJARA *et al.*, 1991: 12).

Após o advento da rodovia e a chegada do capital a forma tradicional de aquisição da terra através da ocupação e posse cede lugar à aquisição pela compra, e aí é que entra outro agente nessa relação, o grileiro, encarregado em muitos casos de “limpar” a terra para o investidor agia sempre em parcerias com políticos locais, donos de cartórios, policiais, criando insegurança jurídica, política e em muitos casos físicas, para os posseiros que em geral não tinham muito conhecimento dos direitos. Nem sobre a posse da terra ou mesmo sobre suas garantias de cidadania. Tornava alvo fácil para o grileiro que junto com donos de cartórios falsificava os documentos e aí através dos políticos locais e a polícia os expulsavam da terra. Ou seja, as condições a que sempre estiveram submetidos que foi fugir do latifúndio nessa região da Amazônia não foi

diferente, a questão é que a serem expropriados nessa fronteira muitas vezes já não tinha mais para onde ir, visto que, a chegada do capital foi rápida e massiva e violenta.

A forma como se deu a ocupação da Amazônia, da maneira tão rápida como o capital se apropriou criou uma situação diferente do aconteceu em outras regiões e épocas, o trabalhador encurralado já não via como, mais uma vez, sair e se localizar nas bordas dos latifúndios, já que, imensas áreas foram açambarcados primeiro, pelos grileiros e posteriormente vendidas ao grande fazendeiro capitalista, a alternativa de procurar outras áreas mais distantes e desocupada ficou anuladas, estavam todas ocupadas ou em vias de ocupação. Campos analisa que

[...] o ocupante era o mesmo, as condições é que são outras. A terra agora está se valorizando, a estrada Belém-Brasília torna possível a ligação daquela, então remota, região com o mercado do centro-sul. Além disso, o posseiro encontra agora a ação organizada de fazendeiros e de 'grileiros' e tem que reagir, pois tornam-se cada vez mais menores as chances de serem encontradas terras livres para ocuparem. Talvez por isso os ordeiros de 1935/45 'tenha deixado' as terras do sul do Estado e buscado novas matas mais ao norte sem trazer 'problemas' para a segurança pública. E que agora, razão da pressão que encontram, procuram resistir, até pegando em armas, e passem a se organizar em associações e em sindicatos rurais (CAMPOS, 1985:223).

Nessa esteira ao analisar a formação das classes trabalhadoras na fronteira e a devastação a Amazônia após a inserção do capitalismo Fiorelo Picoli faz algumas ponderações sobre as relações que se formaram na região e como os militares orquestraram para que o capital encontrasse as condições necessárias de instalação e manutenção do projeto agropecuário na floresta considerando que era imprescindível garantir a força de trabalho para implantação dos empreendimentos e que foi

através da ditadura instalada em 1964 que a região foi colocada à disposição dos grupos econômicos nacionais e internacionais. O Estado utilizou como estratégia de ocupação a criação dos incentivos fiscais, via encontrada para favorecer a elite capitalista nacional e internacional. Essa estrutura foi possível graças às ações dos militares através da Doutrina de Segurança Nacional, os quais tomaram o poder após o golpe que derruba João Goulart em março de 1964. É dessa forma que nasceram as rodovias de integração da Amazônia [e também do Centro-Oeste, já que tinha territórios na chamada Amazônia Legal] com o restante do país, oferecendo as condições necessárias para a penetração dos capitalistas, dos colonos, dos desempregados e de todos os despossuídos e marginalizados do Brasil (PICOLI, 2006:38)

A migração para essa região ao Norte do Estado de Goiás foi carregada de sonhos, esperanças pelas famílias que se submeteram a enfrentar as adversidades da floresta, o isolamento e as dificuldades de adaptação em nome da paz e do sossego tão almejados e pouco alcançados. A vida nessas terras girava em torno de se livrarem da seca inclemente do Nordeste e dos patrões violentos no sul e sudeste e como já não tinham mais para onde se refugiarem a alternativa foi resistir e contrapor a ordem estabelecida, mesmo que o custo dessa resistência fosse alto para algumas famílias que tiveram seus entes queridos ameaçados, torturados ou brutalmente assassinados. Como no caso de Creuza Souza Oliveira, 39 anos, mulher de um dos posseiros, cinco filhos, todos mortos (KOTSCHO, 1981:32).

Esta região que foi um imenso vazio demográfico onde posseiros, trabalhadores se encontraram e formaram comunidades de camponeses oriundos das mais várias partes do país que vieram em busca do *lôcus* de trabalho e reprodução familiar, se apresentou como uma espécie de refúgio aos camponeses vindo das mais variadas partes pelos mais diferentes motivos e que após o governo dos militares se misturaram com os novos atores do novo projeto. Marco Aurélio Correia de Araújo afirma que

A colonização, tanto oficial quanto particular, tirou excedentes populacionais das regiões do Nordeste, do Sul e do Sudeste, constituindo-se em uma saída para minimizar os problemas sociais do país. Assim, ocorreu uma corrida desenfreada para o Centro-Oeste e Norte do território nacional, proporcionada pela busca de uma nova opção de subsistência. Neste contexto houve a chegada de levas de posseiros, peões, gatos, grileiros, latifundiários, empresas, técnicos e etc.(ARAÚJO, 2011: 75)

As condições dos imigrantes que chegavam sonhando com a terra prometida, a partir da concessão da exploração de terras ao capital e o projeto de colonização da região muda vertiginosamente. As áreas desocupadas onde os camponeses poderiam se instalar como sempre fizera, passaram a integrar os complexos agropecuários incorporados pelo capital latinfudista. Ao imigrante descapitalizado a opção que resta é ser incorporado a estes empreendimentos como força de trabalho na condição de arrendatário, meeiros, ou trabalhador rural. Ou seja, da condição de camponês imigrante é transformado em proletário rural. José Francisco Rodrigues, 47 anos, que chegou ainda criança para região com a família em 1973, Assentado no Assentamento Progresso, antiga Fazenda Monte Alegre faz o seguinte relato.

A ideia de meu pai era comprar uma terra maior, veio pra cá naquele tempo norte de Goiás, naquele tempo era muito difícil, vendeu lá essa chácara e fretou um caminhão onde veio 05 famílias de lá pra cá, gastou cinco dias de viagem de Itaguari até Colinas de Goiás.[...] Meu pai foi olhar terra, meu pai gastou demais nessa viagem trouxe essas quatro famílias todas por conta de

meu pai aí o dinheiro ficou pouco né? Aí foi caçar terra e nessa de ficar pra lá e pra cá o dinheiro foi gastando, aí fomos trabalhar de arrendatário, de meeiro nas fazendas de 73,74 até 82 trabalhando em fazendas dos outros. (JOSÉ FRANCISCO RODRIGUES)

A lógica do capital intercepta a lógica do campesinato na fronteira, a terra de trabalho buscada pelos camponeses escasseou em função da terra de negócio apropriada por empresários capitalistas das mais diversas regiões do país criando uma nova realidade social, econômica e política. A lógica da posse da terra se restringe a capacidade de produção de *commodities* com fins ao abastecimento dos mercados externos. Nesse contexto, se distancia a perspectiva dos sonhos da terra prometida e da possibilidade do camponês se refazer na fronteira. Sydentricker & Torres argumentam que,

Na fronteira o “o camponês” busca novas bases para a reprodução de uma condição social perdida ou alcançada pelos antepassados, mas não mais vislumbrada como factível, devido ao processo de mercantilização da terra e de proletarização no campo. No entanto este projeto não se realiza necessariamente, uma vez que depende do processo histórico concreto e das lutas sociais em curso. (SYDENTRICKER & TORRES, 1991:45)

Para garantir o lucro e a expansão do capital investidos na Amazônia, o governo concedeu “às grandes empresas nacionais e multinacionais, incentivos fiscais, isto é, a possibilidade de um desconto de 50% do imposto de renda devido pelos seus empreendimentos situados nas áreas mais desenvolvidas do país. (MARTINS,1997:86). essas vantagens que o governo concedeu para que o grande capital se instalassem na região foi um grande atrativo econômico, visto que, essas condições garantia um lucro líquido e certo, o que fez com que várias empresas de diferentes segmentos investissem no setor agropecuário a partir da segunda metade da década de 1960.

Segundo Silveira (2006:31) “A Amazônia brasileira se tornou campo privilegiado para a expansão de empresas capitalista apoiada pelo governo autoritário. Neste quadro, a região se torna uma fronteira do capitalismo nacional e global, mediante o estabelecimento de projetos agropecuários e de infra estrutura”.

Imensas áreas foram demarcadas em nome de capitalistas e o latifúndio se consolidou sem muitos problemas. Primeiro, porque os posseiros e extrativistas não tinham “conhecimentos sobre os direitos de posse que possuíam, nem sabiam que os documentos apresentados pelos fazendeiros eram, em muitos casos, forjados nos cartórios” (FERRAZ, 1998:82). Segundo, pela facilidade de obtenção das terras que dentre várias maneiras de aquisição, uma que foi amplamente utilizada, foi a da

“indústria da grilagem”, via crime organizado, que atuava na região impunemente, com um aparato que envolvia várias modalidades de fraude, forjando escrituras e formando um verdadeiro aparato de documentos fraudulentos. (PICOLI, 2006:63)

Com o consentimento do Estado, o capital encontrou na região condições para ampliação de seus investimentos atropelando quem atravessassem seu caminho e colocou em prática o projeto concentrador através do monopólio de terras gerando pobreza e miséria nas periferias das cidades que foram se formando ao longo da rodovia Belém Brasília e nas imediações dos grandes projetos agropecuários que iam sendo instalados. O trabalhador que migrou para a região como fornecedor de mão de obra ou em busca do eldorado propagandeada pelo governo, ficou vulnerável e sem amparo nas periferias das cidades, se misturando com os antigos moradores que foram expropriados de suas terras para que o capital se instalasse.

Para MARTINS (1997:86) “ Milhares de camponeses teriam de ser expulsos de suas terras de trabalho, como de fato foram, para que nelas fossem abertas grandes pastagens. Muitos deles acabaram migrando para as cidades da própria região, para viver na miséria da subocupação e das favelas” .

Os trabalhadores rurais, proletários do grande projeto, posseiros, ribeirinhos expulsos de suas terras foram forçados a migrarem para as periferias das cidades onde foram formando uma classe de excluídos. Estes camponeses ficaram desassistidos pelo Estado, vivendo em condições de vulnerabilidade, de subempregos nas fazendas em atividades sazonais como mão de obra de obra barata, enquanto os latifundiários se consolidavam como donos absolutos do poder.

Donos das terras e patrões de todos que moravam no lugar, os fazendeiros transformavam-se em legítimos senhores de engenho, respondendo com truculência a quem contrariasse suas ordens ou atrapalhassem seus planos – do prefeito da cidade ao diretor da escola municipal, passando pelo delegado de polícia e pelo juiz da comarca nenhum cargo é ocupado sem a benção dos poderosos da região. (CAVALCANTI, 2004:70)

O grande capital nacional e internacional se instalou na Amazônia com os grandes latifúndios e se engendrou na política como braço dos militares no combate a qualquer movimento de democratização ou possível instalação de célula guerrilheira na Amazônia, a exemplo da guerrilha do Araguaia em Xambioá, que foi sufocada pelo exercito sob o comando do famigerado Coronel Curió, em 1974. Uma relação simbiótica foi construída entre o capital e o Estado, enquanto os trabalhadores foram escamoteados do projeto de colonização da Amazônia apesar de ser a força motriz deste

empreendimento já que, sem a sua participação nada seria possível, haja vista, que foi a mão de obra que consolidou o projeto.

2. O ENCONTRO DE GRILEIROS E POSSEIROS: A VIOLENCIA E A RESISTENCIA.

Apesar das condições desiguais em que se encontravam os trabalhadores e posseiros frente aos latifundiários, houve resistências às investidas dos latifúndios. Posseiros que já estavam na terra há vários anos ou há décadas lutaram para defender suas terras, trabalhadores que vieram de seus lugares de origens para trabalhar na derrubada da floresta também resistiram às condições a que foram reservados de meros fornecedores de mão de obra.

Todavia, mesmo em condições desiguais ao latifundiário, estes camponeses resolveram enfrentar o poderio do capital agrário permanecendo nas suas posses, como pode ser observado no depoimento de Domingos (posseiro entrevistado por Silveira em 2009), sobre os conflitos na região de Araguaína envolvendo posseiros e grileiros, apesar do revés, os roceiros decidiram que permaneceriam nas posses. Porém só não esperavam que o fazendeiro fosse contratar quarenta homens armados para desocupar terra. Sobre esta forma de conflito, Silveira (2009), explica que:

Gritando e atirando, os pistoleiros caíram sobre o centro: “Meteram bala e queimaram os “barracos” com tudo dentro. Não ficou um barracão em pé. As “panelas” tudo furadas de bala. E ficaram vigiando, tocaiando a gente passar. Para matar” Refeito do ataque, lavradores decidiram resistir, contudo, estavam em menor número e mal armados e, o que era pior poucos sabiam do ofício de matar. (SILVEIRA, 2009:132)

O conflito entre o grande capital nacional e internacional e os trabalhadores aconteceu em circunstâncias diversas, desde as investidas sobre as terras dos posseiros até as condições degradantes de trabalhos nas aberturas das áreas para a formação de pastagens, além do enfrentamento com os pistoleiros e com a polícia, em casos de ocupação dos latifúndios pelos trabalhadores.

Assim, como as circunstâncias de resistência foram diversas, os mecanismos utilizados pelos latifundiários para intimidar os trabalhadores também foram inúmeros.

Ameaças, torturas e assassinatos foram utilizados amplamente pelos latifundiários com aquiescência de polícias, delegados, juízes e demais autoridades locais e regionais.

Neste sentido, tem-se o proposto por Santana (2009), “Enquanto as reformas políticos-jurídicas eram feitas pelos próprios ditadores, no campo, especialmente na Amazônia, expulsão de posseiros pelo capital agrário de origem urbana e multinacional, combinada com uma ação de grileiros apoiado pelos policiais locais, assumia proporções nunca vista”. (SANTANA, 2009:114)

Para os posseiros e trabalhadores que vieram para a região no afã da propaganda oficial, o sonho de ter um pedaço de terra se tornou cada vez mais distante. Ao contrário do que esperavam, encontraram pela frente a fúria do latifúndio e o descaso do Estado e dos órgãos da justiça. A insegurança jurídica assegurou aos latifundiários a certeza da impunidade em relação a suas ações de violências contra estes trabalhadores.

As tensões em torno da posse da terra foram se agravando à medida que o projeto de expansão capitalista ia se consolidando e as áreas de florestas ficando quase totalmente ocupadas pelo latifúndio. Estes processos ocorreram porque, assim que avançavam sobre as terras dos posseiros, forçava-os a migrarem para as periferias das cidades mais próximas, já que, a ocupação foi massiva e não tinha mais áreas para se instalarem.

Foram, portanto se misturando aos trabalhadores que vieram de outras regiões para trabalhar na derrubada da floresta para a formação de pastagens, e quando a “empreitada” terminava ficavam desempregados e assim como os posseiros expropriados de suas terras, eram forçados a também a se submeter às condições subumanas das favelas nas cidades mais próximas. Desta forma, na luta para garantir a reprodução social da família foi se formando uma classe de proletários na periferia das pequenas e médias cidades.

O padre italiano Mário Aldighieri, na sua análise sobre a trajetória do Padre Josimo e os conflitos no Bico do Papagaio no extremo norte do Estado de Goiás, relata as ações violentas do latifúndio sob o olhar e participação do Estado, discorre sobre o conflito e pondera que as circunstâncias históricas são, por isso, extremamente importantes para analisar o surgimento de uma classe, seu desenvolvimento interno e sua relação com as outras classes da sociedade. (ALDIGHERI, 1993:86), assim, o campesinato-classe é fruto da expansão do capitalismo (MARTINS, 1981:09), que tem sua origem na resistência destes às classes dominantes que tentam impedir sua

liberdade. “O campesinato progressivamente insubmisso, primeiro, contra a dominação pessoal de fazendeiros e coronéis depois, contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários e já agora, contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista e na política econômica do Estado que cria e garante essa sujeição”. (MARTINS, 1981: 10).

Os trabalhadores para enfrentar o latifúndio contaram com o apoio da ala progressiva da Igreja Católica que fazia opção pelos pobres. Um dos expoentes deste movimento, nessa região, foi o Padre Josimo de Moraes Tavares da prelazia de Tocantinópolis, que os orientavam nas suas organizações e resistência contra a violência e o terror espalhados pelos latifundiários.

Padre Josimo atuava também como articulador entre outros segmentos dos movimentos populares e a igreja inclusive, ajudando-os a se organizar como classe através da criação de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que na região do Bico do Papagaio não foi tarefa fácil, visto que fazendeiros, jagunços armados invadiram o local onde os camponeses estavam reunidos. “Várias vezes o próprio GETAT³ e a polícia tentaram pressionar e esvaziar a formação dos órgãos de classe”. (ALDIGHERI, 1993:88)

Contudo, mesmo diante das pressões de fazendeiros, pistoleiros, polícia, juízes, políticos locais, os trabalhadores foram se organizando em torno da igreja e de sindicatos e foram pressionando o capital contra as invasões de terras de posseiros e pela realização de Reforma Agrária.

Um dos momentos mais marcantes deste movimento foi manifestação pela “Reforma agrária, ocorrida em Augustinópolis no dia 23 de junho de 1984. Na ocasião estavam presentes 6.000 (seis mil) trabalhadores, as diretorias dos STR’s da região, a Central Única dos Trabalhadores e a Federação dos Trabalhadores na agricultura” (ALDIGHERI, 1993:89).

A organização dos trabalhadores em torno da defesa de suas terras e do movimento pela Reforma Agrária, representou um perigo iminente para os latifundiários, que de acordo com lógica capitalista, tinham a propriedade da terra como direito, mesmo que contraída de forma escusa.

A partir dessa premissa, estes latifundiários organizaram ações ofensivas para os trabalhadores e os movimentos de apoio a estes, como se o ataque fosse uma forma

³ Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins

de defesa. Grupos de pistoleiros foram criados com o pretexto de defender suas propriedades, a formação destas milícias foi, muitas vezes, formada por ex-policiais, confundido os trabalhadores sobre quais eram os policiais ainda na ativa e os da reserva.

A luta dos trabalhadores em defesa da posse da terra foi condição *sine qua non*, para sua reprodução familiar e para garantir os mínimos para sobrevivência, foi à defesa da terra de trabalho livre em detrimento de uma terra de negócio “cativa”.

O trabalhador posseiro ou imigrante vindo para a abertura da floresta, acudados por pistoleiros, policiais e fazendeiros organizaram com apoio da igreja e dos os sindicatos o enfrentamento aos latifundiários. Um exemplo do processo de luta e resistência camponesa foi um caso citado por Aldighieri (1993:10), baseado nos arquivos da comissão Pastoral da Terra Araguatins, sobre a ocupação da fazenda Ouro verde Localizada naquele município.

Fazenda Ouro Verde

Envolvidos: 100 famílias (CPT-1985); 200 posseiros (1986)
Conflitantes: Dr. João Hissassi Yano, da construtora Engil, de Goiânia; Antônio Miguel Abrão (cunhado), Valdir Mendonça Alves
Joao Hissassi Yano, o “Joao Japonês”, tenta expulsar com jagunços armados, destruindo roças com trator e enviando a polícia, as famílias dos posseiros.
28/11/1983 – O Getat tenta convencer os moradores a aceitar 25 hectares em lugar de 50.
29/11/1983 - Carta denuncia da Delegacia Sindical de Buritis pede extinção do Getat.
20/07/1984 – A Polícia Federal, e o gerente do dr. “João Japonês” ordenam às famílias que saiam, sob ameaça.
24/08/1984 – A policia Federal amarra e espanca o lavrador Valdivino, de Vila União, nas matas do povoado.
25/08/1984 - A polícia Federal e o gerente Francisco Alves da Costa amarraram e espancaram o lavrador Waldemar L. da Silva.
28/08/1984 – Foi queimada a roça e a casa do lavrador Joaquim Marcelino da Silva.
04/09/1984 – Cinco barracos queimados pelo gerente e pela Policia Federal.
05/09/1984 – A Policia Federal é ameaçada de ser emboscada. Quatro lideres da possível emboscada são presos, são eles: Sebastião Ribeiro dos Santos, Luiz Francisco Farias Moura(Didi), Francisco Machado da Silva(Chico Sanfoneiro) e José Vieira de Sousa (Zezão). Eles acusam Pe. Josimo e as irmãs Lourdes, Beatriz e Madalena de serem os organizadores da emboscada. São logos liberados pela polícia.
13/09/1984 – Polícia Federal e pistoleiros queimam 15 casas e acusam Pe. Josimo de terrorista e ameaçam matá-lo. (ALDIGHIERI, 1993:110).

Este caso emblemático mostra o aparelho estatal a serviço do capital na consolidação do latifúndio, concatenando fazendeiros, pistoleiros, polícia, cartórios e até juízes na repressão contra os trabalhadores e organizações de defesa destes, contra

também, os padres e freiras, advogados e lideranças sindicais, vítimas de perseguições, torturas e ameaças de morte.

Osvaldo de Alencar (advogado da CPT citado por Aldighieri), explica que, a relação entre os latifundiários e os órgãos estatais, era dominação, pois, segundo o advogado: “Ele é rico, contrata advogados, entra em contato direto com as autoridades políticas e judiciárias do Estado, vai à casa do juiz, vai ao INCRA, e já tem a conivência dos executores do projeto fundiário consegue fazer com que o todo o processo fique a seu favor”. (ALDIGHERI, 1993:114-115)

De forma específica Aldighieri (1993), explica que:

A contratação de pistoleiros para assassinar desafetos, fossem eles, trabalhadores, posseiros, líderes sindicais, religiosos, advogados, tornou-se prática comum na região norte. Por exemplo: em “14 de julho de 1985, João Ester, pistoleiro ligado a João Yano, confessa a Waldemar L. da Silva que lhe fora oferecido Cr\$ 200 milhões para matar Josimo; e 4 bilhões para matar o padre Geraldo Rosa”. (ALDIGHERI, 1993:118).

Na Amazônia, no ápice do conflito, quando as ações e reações recrudesceram em função da não sujeição do trabalhador e posseiro ao latifundiário, que resistiram às expropriações de suas terras, às condições degradantes de trabalho ocupando o latifúndio como forma de garantir a reprodução social das famílias, a contratação de pistoleiros tornou-se uma prática comum, existindo uma espécie de cota/crime onde se estabelecia valores monetários sobre a posição do desafeto a ser assassinado.

Esta capitalização era fixada por valores de acordo com a “valoração” de cada sujeito, tanto que, existia uma tabela de preço diferenciado para assassinar, um deputado, um juiz, um advogado, um líder sindical ou um posseiro, o valor era estabelecido de acordo com a influência da vítima. Latifundiários e pistoleiros agiram sustentados na certeza da impunidade, haja vista, que o aparato jurídico e político do Estado se encontravam a serviço do projeto de consolidação do capitalismo agrário na Amazônia.

O geógrafo e pesquisador Bernardo Mançano Fernandes denuncia que no período dos militares, “foram assassinados 1.106 trabalhadores rurais, numa luta sangrenta contra a expropriação, a grilagem de terras, contra os despejos violentos, o trabalho escravo, a queima das casas e das lavouras, a exploração dos trabalhadores assalariados e sem direito etc. (...) Resistindo a essa realidade, os trabalhadores rurais,

posseiros, sem terra e assalariado, organizam para transformá-la”. (FERNANDES, 2005:33).

Contudo, apesar dessa região na Amazônia ter se tornado um território do medo, da impunidade, da devastação da floresta em função do coronelismo regional, do clientelismo político estabelecido entre as oligarquias locais e o poder central, ela também se tornou um espaço de sonho de muitos trabalhadores imigrantes que chegaram à região nas mais variadas condições.

Para MARTINS (1997:66), “apesar da história de deslocamento da fronteira agrícola ser de destruição, é também é uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança”. Seria prematuro aqui afirmarmos que o caráter místico da igreja em relação à orientação à luta dos trabalhadores pela posse e uso da terra fosse determinante na organização e resistência na luta. Entretanto, conceber a terra como uma dádiva de Deus, como um local de produção e reprodução da família, da cultura, e da inserção econômica, fosse bem mais relevante que ver a terra apenas como um local de produção de *commodities* e esta foi uma das estratégias da igreja na assessoria de posseiros para que resistissem à expropriação de suas terras e dos trabalhadores ao ocuparem o latifúndio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização da Amazônia, a destruição da floresta e o conflito violento entre duas classes que se formaram na fronteira (latifundiário e trabalhadores rurais) foram resultado do projeto dos governos militares em promover o capitalismo agrário na Região Amazônica. A forma como aconteceram as investidas do capital nesta região sobre as terras devolutas e sobre as terras dos posseiros, extrativistas e ribeirinhos com o respaldo econômico, jurídico e político do Estado evidencia o caráter da política expansionista do Estado e do Capital na floresta.

A concessão de subsídios ao capital e a propaganda oficial para a colonização da Amazônia propiciou a instalação de grandes latifúndios capitalistas que encontraram condições favoráveis para expandirem seus investimentos.

Primeiro, porque os financiamentos foram subsidiados, assim como, a garantia do aparato jurídico para que os latifundiários agissem livremente sem a regulação do

Estado no processo de expropriação das terras dos posseiros e sobre não cumprimento das questões trabalhistas no interior das fazendas. Segundo porque, com a propaganda foi atraído um enorme contingente para a região em busca do “Eldorado” tão propagandeado pelo Governo Militar que serviram como a força de trabalho para a abertura da floresta e a formação de pastagens.

Enquanto o governo da ditadura e o capital estabeleceram uma relação simbiótica na Amazônia garantindo o lucro do latifúndio em troca do apoio ao regime militar, a classe formada nas periferias das pequenas cidades nessa região por posseiros, ribeirinhos, extrativistas expropriados de suas terras e trabalhadores rurais migrantes de outros estados foram alijados dos projetos e das políticas desenvolvimentistas para a região.

O projeto de ocupação na fronteira amazônica não foi de acordo com a narrativa que o Estado Brasileiro apresenta, não foi “terra sem homens para homens sem terra” e muito menos “integrar para não entregar”, houve um direcionamento na ocupação, privilégio ao capital nacional e internacional, segregação dos trabalhadores que vieram como parte do processo e um intenso conflito, violência e mortes nas disputas pela terra.

A ocupação organizada pelos militares, realizada pelo grande capital não se efetiva como foi planejada, porque os trabalhadores não se submeteram ao lugar que lhes foi reservado nesse processo, apenas fornecedor de mão de obra, e assim lutaram contra a efetivação do projeto oficial de ocupação da Amazônia tocantinense.

Enfrentando diretamente fazendeiros, submetendo-se ao perigo iminente de serem mortos, torturados por pistoleiros, despejados a força por policiais, avançaram resistindo e ocupando fazendas, órgãos públicos até conquistarem seus objetivos que era o acesso a terra. Portanto, os trabalhadores responderam organizando em sindicato, articulando movimentos de enfrentamento, mostrando sua insatisfação ao projeto do governo para Amazônia.

A ocupação da Amazônia representou para muitos imigrantes, em seus locais de origens, a oportunidade única de conquistar a ascensão social, através da aquisição da terra barata ou de graça. Tanto que, muitos vieram atrás dos sonhos de tornarem donos de suas terras no norte de Goiás. Trouxeram consigo famílias e tudo que possuíam para se estabelecerem no norte do país, especificamente, no caso analisado, Norte de Goiás, atual Estado do Tocantins.

Para muitos migrantes, a mudança para a região correspondeu às suas expectativas, pois de fato conquistaram os sonhos que perseguiram, contudo, essa não foi à realidade para maior parte dos que migraram. Portanto, é necessário que se tenha um novo olhar sobre a ocupação da Amazônia, do papel que cada frente de imigrantes teve neste processo e principalmente dos que foram preteridos do projeto do governo, da não passividade dos que vieram como mão-de-obra que negaram a condição de subordinação e assumiram o papel de sujeitos históricos, lutando para reaverem seus direitos à cidadania.

Assim como em outras localidades, o conflito agrário na região do Antigo Norte de Goiás, atual Estado do Tocantins, mostra que os trabalhadores organizados e unidos foram capazes de vencer e conquistar o sonho de acesso a terra, saindo da marginalidade na sociedade local através da capacidade de produção e geração de emprego e renda possibilitados pela conquista do lote no assentamento.

Uma das formas de contrapor os processos de expansão capitalista foi às ocupações de grandes fazendas, que atualmente já soma 373 (trezentos e setenta e três) fazendas desapropriadas e transformadas em assentamentos, onde aproximadamente vivem mil famílias praticando agricultura familiar, produzindo e vendendo nos mercados regionais, gerando emprego e aquecendo a economia local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AJARA, Cesar. FIGUEREDO, Adman Hamam. BEZERRA, Vera Maria DÁvila C. 1990, “O Estado do Tocantins: Reinterpretação de um espaço de Fronteira” In: *Revista brasileira de Geografia*. Ed. 53 Rio de Janeiro. p.p. 05-48

ALDIGHERI Mario. *Josimo: A terra, a vida*. Loyola. São Paulo, P. 1993

BORGES, Barsanulfo G. 1998, “A rodovia Belém-Brasília e a integração do Norte Goiano” In: *Revista de História (UNESP)*, v. 5, n. 2, Franca p. 149-171.

_____. 2002, “A rodovia Belém Brasília”, In: *Revista educação e mudança*, Ed. 09 Anápolis p.p.98-105.

CAMPOS, Itami. *Questão Agrária: Bases sociais da política goiana (1930-1964)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

CAVALCANTI, Klester. *Viúvas da terra*. Planeta do Brasil. São Paulo, 2004.

FERNANDES, Bernardo M. 2005 “Camponeses no Capitalismo”. In: CARVALHO, Horácio Martins de Carvalho – *O campesinato no século XXI: Possibilidades e*

Condicionantes do Desenvolvimento do Campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes–2005.p. 15-67.

_____. *Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: a formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, USP (Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas-Departamento de Geografia), 1993, 207 p.

FERRAZ, Siney. *O movimento Camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de elo*. Ética Editora. Imperatriz- MA, 1998.

IANNI, Otavio. *A Luta pela terra: história social da terra e luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.

IANNI, Otavio. *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

KOTSCHO, Ricardo. *O massacre dos Posseiros*. São Paulo: Ed. Brasiliense,1981.

MARTINS, José de Sousa. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Expropriação e Violência*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

PICOLI, Fiorelo. *O Capital e a devastação da Amazônia*. São Paulo: expressão Popular, 2006.

SILVA, José Santana. 2009, “Comissão Pastoral da Terra e as Lutas dos Trabalhadores Rurais em Goiás”. In. *Temas de Sociologia Rural*. Pará de Minas, Virtualbooks, pp.112-151

SILVEIRA, Marcos César Borges. *Herdeiros de Sísifo*. Porto Alegre, Editora Universidade/ UFPEL, 2009

SYDENSTRICKER, J.M, e TORRES, H.G. 1991, “Mobilidade de Migrantes: Autonomia ou subordinação na Amazônia Legal?” In: *Revista Brasileira de Estudos Populares*. Campinas, 8(1/2), Campinas,p.p.33-54

VIEIRA, Maria Antonieta de Costa. 2012, “Território em movimento- Comunidades camponesas da Amazônia oriental(Missão de Maria da Praia e Romaria do padre Cícero)” In: www.periodicoseletronicos.ufma.br. > v. 9, n. 18 (2012) Acesso em 15/05/2014.